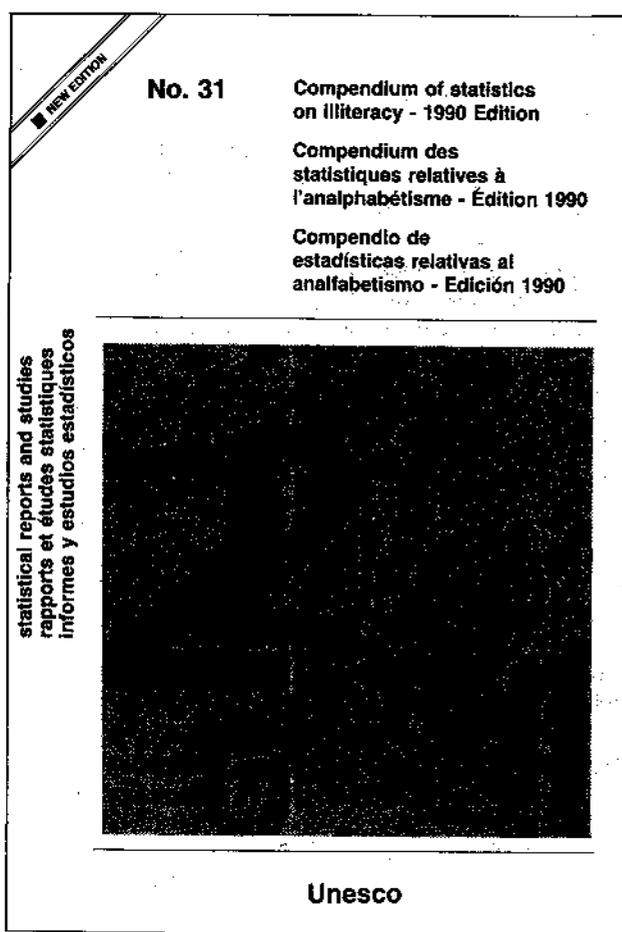


DESTAQUE EDITORIAL



COMPENDIO DE ESTADÍSTICAS RELATIVAS AL ANALFABETISMO — EDICIÓN 1990
UNESCO — OFFICE DES STATISTIQUES
Paris, 1990
(Série Informes y Estudios Estadísticos, 31)

Essa edição de estatísticas mundiais sobre o analfabetismo foi preparada pela UNESCO para a 42.^a reunião da Conferência Internacional de Educação realizada em Genebra, em setembro de 1990.

A obra é trilingüe, com cada seção integralmente repetida, inclusive os quadros e tabelas, em inglês, francês e espanhol. Dividida em duas partes, na primeira se apresentam as estimativas de taxas de analfabetismo total, masculino e feminino para 1989, atualizando edição anterior de 1985, para todos os países do mundo, classificados e agrupados por critérios de nível de desenvolvimento e geográficos. Aos dados de 1985 e 1989 se acrescentam, ainda, as projeções dos índices para o ano 2000. As tendências e perspectivas são apresentadas em escala mundial, regional e para cada país.

A segunda parte apresenta a evolução do analfabetismo nos últimos 30 anos, para cada país e por grupos de idade, o que permite o acompanhamento das taxas para uma mesma coorte, ao longo do tempo: sua diminuição é bem reduzida, manifestando-se principalmente nas idades mais jovens.

O exame de dados como os aqui apresentados leva o leitor a uma sensação ambígua: de um lado, um certo alívio ao ver que, a partir de 1985, o número total de analfabetos no mundo (que havia crescido de quase 60 milhões entre 1970 e 1985) se estabiliza, gerando assim um declínio na taxa de analfabetismo em relação à população adulta total — e permitindo projetar, dos 26,5% atuais, uma taxa mundial de 21,8% no ano 2000.

Por outro lado, entretanto, os números continuam falando de uma realidade consternadora. A quase totalidade (97%) dos 950 milhões de analfabetos está concentrada nos países em desenvolvimento e, dentre estes, a posição do Brasil não é lisonjeante. Se bem que, em relação a países asiáticos ou africanos, os países da América Latina tenham as mais baixas taxas de analfabetismo — assim como as menores diferenças entre as taxas masculina e feminina — o Brasil, por seu volume de população, e apesar da taxa de "apenas" 18,9%, ocupa um importante lugar numa lista triste: é o sétimo país com maior número de analfabetos do mundo, "perdendo" apenas para Índia, China, Paquistão, Bangladesh, Nigéria e Indonésia. Em outras palavras: somos a oitava economia do mundo com quase 20 milhões de analfabetos.

T. A.

ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: transformações e perspectivas

CARLOS BENEDITO MARTINS (org.)
São Paulo; Brasiliense, 1989, 156p.

ENSINO SUPERIOR: PERPLEXIDADES

Vinte anos depois da última reforma do ensino superior, a perplexidade é o sentimento mais generalizado no meio universitário. Se há convicção de que o modelo de 1968 (lei 5.540) se esgotou, não deixa de existir, também, a defesa de certos princípios estabelecidos pela mesma lei que hoje caduca.

A reflexão a respeito dessa perplexidade tem sido objeto do Grupo de Trabalho "Educação e Sociedade" da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais-ANPOCS, de onde provieram os textos que integram a oportuna coletânea *Ensino Superior Brasileiro* — transformações e perspectivas, organizada por Carlos Benedito Martins, também coordenador do GT.

Os seis textos, assinados pelo organizador e por Arabela Oliven, Fernanda Sobral, Niuvenius Paoli, Irene Cardoso e Francisca Pinheiro (professores da UnB, da USP e da UNICAMP), tratam de questões diversas que convergem para aquele tema central: a crise do modelo de ensino superior e a dificuldade de se encontrar um substituto.

Embora a lei da reforma universitária de 1968 tivesse definido a universidade como o modelo para as instituições de ensino superior, os autores abordam diversos aspectos da sua transgressão generalizada, pela atomização (também chamada parquialização) das instituições, em especial nas integrantes do "novo ensino privado", isto é, as que nasceram sem disfarces na busca de lucro.

A indissociação entre o ensino e a pesquisa, outra determinação daquela lei, é outra questão que tem sido objeto de modificações nos últimos anos, tanto da parte dos planos governamentais para as agências de fomento, quanto da própria política universitária. Assim, nem sempre as universidades são reconhecidas em seu papel de centros de pesquisa, em detrimento de institutos especializados e até de empresas. Por outro lado, o próprio Ministério da Educação, por intermédio do Grupo de Trabalho para

a Reformulação do Ensino Superior-GERES, tem reforçado a idéia da "universidade de ensino", onde a pesquisa, se existe, é atividade secundária. Mais ainda, os planos de carreira têm incentivado essa perspectiva, na medida em que prevêm gratificações para os docentes que se dedicam mais tempo ao ensino, enquanto nada semelhante existe para os pesquisadores.

Outra questão interessante, tratada por mais de um dos textos da coletânea, é a (des)articulação entre os cursos de graduação e de pós-graduação, assim como entre os departamentos e as coordenações desses programas, nos quais (ou junto aos quais) se desenvolve muito da pesquisa universitária em nosso país. Os colaboradores da coletânea parecem concordar com a desejável maior afinidade entre ambas as instâncias, mas ainda permanece tabu a inevitável separação entre elas como condição mesma de ultrapassagem das resistências à mudança, que ainda se mostra forte em não raras universidades.

Finalmente, mas não em último lugar, gostaria de chamar a atenção do leitor para a questão da avaliação da universidade, o que vem analisado na coletânea. Vale a pena, aí, prestar especial atenção para a rejeição de seu papel no desenvolvimento de um "mercado educacional", idéia de ampla circulação nos meios neoliberais.

Por essas e por outras questões discutidas na coletânea, numa linguagem viva de debate atual e multiplicador, recomendo sua leitura para quantos desejem inteirar-se da tortuosa trajetória do desenvolvimento da universidade brasileira, do qual o GT "Educação e Sociedade" da ANPOCS é produto tanto quanto sujeito.

Luiz Antonio Cunha

ALFABETIZAÇÃO: CATÁLOGO DA BASE DE DADOS

JOSÉ JUVÊNIO BARBOSA (Coord.)

São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1990. (Apoio, 1)

A dificuldade de contato entre a pesquisa acadêmica e seu público virtual tem sido insistentemente apontada como um dos "nós" da produção e circulação do conheci-

mento. Foi para "encurtar a nociva distância entre a produção intelectual documentada e seus primeiros e principais interessados" que a Fundação para o Desenvolvimento da Educação — FDE desenvolveu, em seu Centro de Documentação — CEDUC, uma base de dados de documentos sobre alfabetização.

A presente obra, no entanto, é mais do que um mero catálogo. Refletindo essa intenção de aproximar-se do usuário, principalmente o profissional da rede pública de ensino, a obra é um claro e preciso manual, indicando como se apresentam os documentos do acervo e, mais do que isso, como é feito o atendimento, como cadastrar-se no CEDUC para empréstimo de documentos, como obter cópias etc. As fichas, simples, para cadastramento de pessoa física ou instituição, assim como para solicitação de documentos impressos ou audiovisuais, são apresentadas em anexo, para serem diretamente utilizadas ou fotocopiadas.

Este volume inicial de uma publicação que se quer periódica apresenta os primeiros 500 títulos inseridos na base. Os documentos estão agrupados segundo a perspectiva ou enfoque predominante assumido pelo autor. Assim, oito grandes categorias classificam a documentação: Pedagogia, Psicologia, Psiconeurologia, Lingüística, Sociolingüística, Psicolingüística, Sociologia e Política. A apresentação dos documentos no *Catálogo* segue essa ordem; índices remissivos ao final permitem localizar os documentos por autor ou assunto. À guisa de introdução a cada categoria, uma seleção de trecho pertinente funciona como amostra significativa do acervo ali arrolado. A reflexão de J. Juvêncio Barbosa (A herança de um saber, p. 7) leva o leitor desde os primórdios da associação entre escola e alfabetização, através das significações que esse termo registra, aos eixos que orientam a constituição do presente inventário.

O catálogo foi distribuído a pontos-chave da rede estadual de ensino — DREs, CEFAMs etc. — e também pode ser adquirido diretamente do CEDUC, na FDE: R. Rodolfo Miranda 636, Bom Retiro 01121 São Paulo SP, telefone (011) 228-1922 ramal 239.

SÉRIE TEXTOS FCC

EGRESSOS DO ENSINO TÉCNICO INDUSTRIAL: UM ESTUDO DE CASO

MARIA LAURA P. BARBOSA FRANCO E ANNETE SERBER

São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1990
(Textos FCC, 4)

DE OLHO NO PRECONCEITO: UM GUIA PARA PROFESSORES SOBRE RACISMO EM LIVROS PARA CRIANÇAS

ESMERALDA VAILLATI NEGRÃO E REGINA PAHIM PINTO

São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1990
(Textos FCC, 5)

A idéia básica da *Série Textos*, que a Fundação Carlos Chagas — FCC vem editando desde 1989, é a de divulgar resultados das pesquisas elaboradas pelos integrantes de seu Departamento de Pesquisas Educacionais, de modo a agilizar e avançar a discussão sobre seus resultados. Dos três números anteriores (*Força de trabalho feminina no Brasil*, *A imagem da mulher no livro didático* e a *Bibliografia anotada sobre saúde da mulher no Brasil*, respectivamente), o primeiro e o terceiro se esgotaram, tendo o primeiro sido reimpresso.

O quarto volume da série insere-se na controversa discussão das relações entre educação e trabalho — ou trabalho e educação? Apoiando-se no discurso e na experiência de jovens que concluíram o curso técnico — no caso, da Escola Técnica Federal de Campos, RJ — as autoras desenvolvem cuidadosa reflexão sobre as possibilidades e os limites de uma reorganização do ensino de 2º grau, cujos alunos, em sua maioria, já trabalham. Chamam a atenção, especialmente, para a questão da ciência e tecnologia, vista como mediação crucial entre os dois pólos, da educação e do trabalho.

De olho no preconceito, volume 5 da série, destina-se diretamente a educadoras/es. Não se trata aqui, apenas, de divulgar os resultados das pesquisas já realizadas sobre a representação de categorias sociais nos materiais didá-

T.A.

ticos e paradidáticos utilizados em nossas escolas: ao "destrinchar" para as/os mestras/es os procedimentos que os pesquisadores utilizaram para identificar a discriminação presente nos livros didáticos, as autoras pretendem que o/a próprio/a educador/a possa utilizar diretamente aqueles mesmos procedimentos, efetuando, junto com os alunos, a crítica aos materiais que utilizam na sala de aula.

O Grupo de Trabalho sobre a questão afro-brasileira, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pretende utilizar este *Guia* na reciclagem de professores da rede.

Como se vê, a *Série Textos FCC*, por seu amplo leque temático — derivado da diversidade de campos de estudo

de seus pesquisadores — se abre a instigante reflexão e discussão.

O número 6 da *Série*, sobre A rede de creches no município de São Paulo, já está no prelo.

Os exemplares (à exceção do nº 3, esgotado) podem ser adquiridos diretamente da Biblioteca da FCC: Av. Prof. Francisco Morato 1565, CEP 05513 São Paulo SP, telefone (011) 813-4511 ramal 231.

T.A.

